

**Freguesias**

**17. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias.**

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) Junta de Freguesia de Sobreposta**, para execução da obra denominada “Requalificação parcial e Alargamento do Caminho Entre Casas”, no valor de 43.476,43€.
- b) Junta de Freguesia de Adaúfe**, para execução da obra denominada “Reparação de grelha de escoamento de águas pluviais - Rua de Baixo”, no valor de 1.166,00€.
- c) União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Intervenção na cobertura dos balneários e bar do ringue de Penso S. Vicente”, no valor de 30.175,02€.
- d) União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada “Requalificação do campo de ténis em Escudeiros”, no valor de 30 690,96€.
- e) União de Freguesias de Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra**, para execução do projeto denominado “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua da Costa”, no valor de 8 815,00€.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

## PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Sobreposta** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação parcial e Alargamento do Caminho Entre Casas**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **43.476,43€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Sobreposta** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **43.476,43€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Sobreposta** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **43.476,43€ (quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis euros e quarenta e três cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

**Braga, 2 de Maio de 2024**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

---

**(Dr. Ricardo Rio)**

## PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Adaúfe** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Reparação de grelha de escoamento de águas pluviais - Rua de Baixo**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **1.166,00€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Adaúfe** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **1.166,00€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Adaúfe** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **1.166,00€ (mil, cento e sessenta e seis euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

**Braga, 2 de Maio de 2024**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

---

**(Dr. Ricardo Rio)**

## PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Intervenção na cobertura dos balneários e bar do ringue de Penso S. Vicente»;**
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **30.175,02€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **30.175,02€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

#### **PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **30.175,02€ (trinta mil, cento e setenta e cinco euros e dois cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

**Braga, 2 de Maio de 2024**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

---

**(Dr. Ricardo Rio)**

## PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Requalificação do campo de ténis em Escudeiros»**;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **30.690,96€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **30.690,96€** com IVA incluído.



8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente)** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **30.690,96€ (trinta mil, seiscientos e noventa euros e noventa e seis cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

**Braga, 3 de maio de 2024**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

---

**(Dr. Ricardo Rio)**

## PROPOSTA

### Considerando que:

1 - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O MUNICÍPIO, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: «**Honorários/Projeto – Requalificação da Rua da Costa**»

6 - Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **8 815,00€ (oito mil, oitocentos e quinze euros)**, que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7 - Que, pelo presente, o Município delega na **Freguesia de Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **8 815,00€ (oito mil, oitocentos e quinze euros)** com IVA incluído.

8 - A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9 - A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Sta. Lucrécia de Algeriz e Navarra** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba de **8 815,00€ (oito mil, oitocentos e quinze euros)**, ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

**Braga, 6 de Maio de 2024**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**

---

**(Dr. Ricardo Rio)**